

RELIGIÃO, RETÓRICA DA PERDA E O ISRAEL IMAGINÁRIO NO BRASIL HOJE¹

CHRISTINA VITAL

Abstract

In this essay, I intend to reflect on the Brazilian socio-political context in the last decade through the uses that right-wing extremists have made of present feelings in society in favor of their electoral victories. A rhetoric of loss was formulated as a communication strategy by religious and non-religious alike, offering a (supposed) way out of the fears encountered in social life. In this context of growing conservatism and right-wing and religious extremism, an imaginary about Israel and Jews has gained prominence, both among elites organized around the phenomenon that has been called Bolsonarism since 2017. Among evangelicals, however, Mythical Israel (Gomes 2011, see note 36) or Imaginary Israel (Gherman 2022, see note 26) existed long before the emergence of this phenomenon in recent political dynamics, producing existential meanings in terms of the racial identity of individuals and their demands for security and projections of the future. In this context, Jewish symbols are present in political and religious manifestations, as well as emerging in favelas and peripheries with their own meanings.

Keywords: Rhetoric of loss, Evangelicals, Jewish symbols, Politics; Extremism.

Palavras chave: Retórica da perda, evangélicos, símbolos judaicos, política, extremismo.

1 Este capítulo baseia-se em uma apresentação feita na Mesa Redonda intitulada *Challenges to Democracy in Brazil: Racism, Anti-Semitism and Fundamentalism*,

Vou explorar o tema mais geral da mesa a partir da análise de sentimentos públicos presentes na sociedade brasileira e que vem sendo mobilizados por segmentos conservadores no Brasil de modo eficiente desde as eleições presidenciais de 2014. No entanto, os sentimentos públicos de medo, perda e atordoamento foram reforçados e manipulados na forma de uma retórica da perda nas eleições presidenciais de 2018, assim como ao longo de toda a gestão de Jair Messias Bolsonaro, eleito naquele pleito.

Desde as eleições 2010 no Brasil, a ideia de uma “desordem” observável na forma de perigos morais vem ganhando força no debate político. Nas eleições de 2018 no Brasil (como foi nos EUA em 2016), a narrativa dominante era pela recuperação de valores, por uma volta ao passado que serviria de base para restabelecer a vida social, segundo candidatos e candidatas concorrendo em partidos de centro e direita. O prefixo “re” era muito corrente no material de campanha e nos discursos dos candidatos vitoriosos. Elemento presente, inclusive, no discurso de posse do presidente eleito Jair Messias Bolsonaro, em 01 de janeiro de 2019, no qual afirma que sua missão era “restaurar e reerguer nossa pátria, libertando-a definitivamente do julgo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica”. Havia uma clara referência a algo que fora perdido e precisava ser recuperado. As (supostas) perdas relativas ao plano dos costumes e ideológicos eram as que principalmente estavam presentes nas narrativas de candidaturas cristãs e da direita de uma forma geral. Uma retórica da perda se anunciava e esta pode ser definida como uma tática discursiva articulada por diferentes lideranças sociais e políticas (dentre elas, religiosas) baseada em um imperativo: o retorno da ordem, da previsibilidade, da segurança, da unidade, da autoridade. É um discurso que se contrapõe a mudanças sociais experimentadas socialmente no mundo a partir dos anos 1970 e, no Brasil, especialmente a partir de meados dos

durante o evento *XVIII Congreso Mundial de Ciências Judaicas*, realizado na Universidade Hebraica de Jerusalém em agosto de 2022. Agradeço aos organizadores pela oportunidade de publicação, aos pareceristas pelas contribuições e aos demais colegas de mesa pela rica interlocução durante o evento.

anos 2000. A insegurança moral e até ontológica produzida por mudanças em paradigmas sobre corpo e sexualidade, somado ao aumento da violência armada no campo e na cidade produziu em um contingente significativo da população um desejo de retorno a um *status quo ante* no qual não se sentia tantas ameaças físicas, morais e patrimoniais. A retórica da perda é uma narrativa fundada, portanto, em uma insegurança moral diante de mudanças sociais empiricamente identificadas e que buscam reconhecimento². Diante destas mudanças que visam ao estabelecimento de outra normatividade ou à desconstrução de padrões de normalidade que negavam legitimidade a grupos e estilos de vida variados, a retórica da perda propõe um “resgate”³. A defesa de um modelo de família e de um padrão nas relações entre os gêneros são temas fulcrais nesta narrativa desafiando moralmente quem denunciava tais posições. Assim, por exemplo, a montagem retórica fazia parecer que quem se interpunha à definição de somente um padrão familiar como moralmente sustentável era contra a família. No entanto, o que se confrontava no debate público sobre o Estatuto da Família (Câmara Federal) eram duas perspectivas: uma que afirmava ser legítimo somente uma modalidade familiar (nuclear, heterossexual) e outra que defendia a valorização desta e de outras modalidades de família, como vimos no Estatuto das Famílias⁴. Era a unidade (fictícia) baseada em uma

2 A “retórica da perda” como narrativa mobilizada no âmbito político é uma boa chave de análise para pensar sobre a apresentação pública e estratégias de atores sociais vinculados à direita e extrema-direita no mundo, engajados ou não em partidos e movimentos sociais. A noção de uma recuperação social que passa pela religião cristã, nos EUA e Brasil, com grande visibilidade para evangélicos e em contexto europeu, para a ação de entidades e fiéis católicos (Vital da Cunha, v. nota 2).

3 Christina Vital da Cunha, “Rhetoric of Loss in the 2018 Brazilian Presidential Elections: Religion, Social Fears and Tradition in Focus”, *Journal of Leadership, Accountability and Ethics* 18/5 (2021): 90-103, <<https://doi.org/10.33423/jlae.v18i5.4767>> (acesso: 10.8.2023).

4 Trata-se do projeto de lei do Senado nº 470, de 2013, de autoria da Senadora Lídice da Matta, cujos objetivos eram: “Institui o Estatuto das Famílias, composto dos seguintes títulos: I) Disposições Gerais; II) Das Relações de Parentesco; III) Das Entidades Familiares, sendo este título subdividido em: Das Disposições Comuns, Do Casamento; Da Capacidade para o Casamento; Dos Impedimentos; Das Provas do Casamento; Da Validade do Casamento; Dos Efeitos do Casamento; Da União

normatividade ancorada (supostamente) na natureza e na legalidade, tal como foi apresentada no Estatuto da Família⁵, contra uma perspectiva plural que visava à garantia legal e moral de várias formas de família (Estatuto das famílias). Políticos, sobretudo cristãos, se valeram deste sentimento de melancolia em torno da unidade familiar com vistas ao alcance de seus interesses partidários e econômicos.

A retórica da perda, portanto, é uma narrativa que se funda na identificação de um sentimento público que anseia por uma mudança. Mas não em direção ao novo, não prospectiva, vanguardista, utópica. A seta desta mudança desejada vai em direção ao passado. Tomo como exemplo uma pesquisa divulgada durante a campanha eleitoral de 2014 na qual 74% dos brasileiros desejavam uma mudança que trouxesse “a vida de volta”⁶. Um passado, em grande medida, imaginado. O sentimento de melancolia aqui é dominante. Neste lugar da memória (ou do desejo de memória) as

Estável; Da Família Parental; Das Famílias Recompuestas; IV) Da Filiação; V) Da Adoção; VI) Da Autoridade Parental; VII) Da Convivência Familiar; VIII) Da Alienação Parental e do Abandono Efetivo; IX) Dos Alimentos; X) Do Bem de Família; XI) Da Tutela e da Curatela; XII) Do Processo e do Procedimento; XIII) Do Procedimento para o Casamento; XIV) Da Ação de Divórcio; XV) Do Reconhecimento e da Dissolução da União Estável; XVI) Da Ação de Separação de Corpos; XVII) Da Ação de Alienação Parental; XVIII) Dos Alimentos; XIX) Da Averiguação da Filiação; XX) Da Ação de Interdição; XXI) Dos Procedimentos dos Atos Extrajudiciais; XXII) Das Disposições Finais e Transitórias; revoga o Livro IV da Lei nº 10406/02 (Código Civil) e dispositivos do Código de Processo Civil e da legislação correlata”. Fonte: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115242>> (acesso: 03.1.2022). O projeto foi arquivado ao final da legislatura.

5 O Estatuto da Família foi um projeto de lei(6583/2013) proposto pelo deputado federal Anderson Ferreira (PR/PE) em um contexto no qual a Comissão de Direitos Humanos daquela casa passou a ser presidida por um famoso pastor evangélico chamado Pastor Marco Feliciano (PSC/SP à época). O projeto que visava definir a família legalmente como a união entre homem e mulher, dando respaldo jurídico e constitucional a somente esta conformação social, valeu-se da presidência da casa na legislatura posterior a sua propositura para manter sua visibilidade e avançar nas comissões da casa. Sendo assim, estava em tramitação até 2015, durante a gestão do deputado federal evangélico, Eduardo Cunha (PMDB/RJ à época).

6 Christina Vital da Cunha, Paulo Victor Leite Lopes, Janayna Lui, *Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e eleições 2014*, Rio de Janeiro 2017, v. 1, p. 196.

relações sociais seriam harmônicas, sustentáveis socialmente, produziam previsibilidade, logo, segurança. Este desejo de “mudança para trás” pode ser também chamado de retrotopia. Este é o título de um livro póstumo de Bauman (2017) no qual trata, em termos globais, de um desejo coletivo de retorno, de contenção de liberdade em nome da ampliação da sensação e experiência cotidiana de segurança⁷.

Havia base empírica para sustentar as insatisfações sociais nas eleições 2014 e 2018 como a escalada da violência no campo e nas cidades atestada nos dados divulgados pelo Atlas da Violência (2019) somando 180 brasileiros mortos por dia, sendo 75% deles negros, e pelo crescimento do desemprego no Brasil a partir de 2012⁸. No entanto, o trabalho com os imaginários coletivos sempre envolve fatos/experiência empírica e projeções. A retórica da perda em 2018, por exemplo, produziu uma linha de continuidade entre ameaças materiais e concretas e outras projetadas em um sentimento de medo em relação a mudanças no plano dos costumes. Essa linha de contiguidade permitia a exploração criativa de cenários distópicos nos quais, por exemplo, a vida humana estaria sendo comprometida em vista da liberação do uso de contraceptivos, do aborto e do casamento entre pessoas do mesmo sexo⁹.

Autoridade em risco?

Outro aspecto presente na Retórica da Perda é a sensação de perda de autoridade. Entre diferentes grupos sociais, e entre os religiosos cristãos em especial, era possível observar programas, homilias, livros, pronunciamentos na mídia, nos púlpitos das igrejas etc. de uma narrativa

7 Z. Bauman, *Retrotopia*, Rio de Janeiro 2017.

8 R. Pinheiro-machado, L. M. Scalco, “Da esperança ao Ódio: Juventude, Política e Pobreza do Lulismo ao Bolsonarismo”, *Cadernos Ihu Idéias* 16 (2018): 3-15.

9 Brenda Carranza, Christina Vital-Cunha, 2018. “Conservative religious activism in the Brazilian Congress: Sexual agendas in focus”, *Social Compass* 65/4 (2018): 486-502, <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0037768618792810>> (acesso: 10.8.2023).

ênfatisando em tom de denúncia uma perda relativa da autoridade paterna e materna sobre os filhos, dos maridos em relação às esposas, dos chefes em relação aos subordinados, do agente público em relação à população, dos professores em relação aos alunos. Este ponto, em especial, recebeu destaque no discurso de posse do Ministro da Educação, Milton Ribeiro, pastor presbiteriano, teólogo, advogado, ex-vice-reitor da Universidade Mackenzie (SP), que prometeu em sua gestão “resgatar o respeito” ao professor e reverter a “desconstrução de sua autoridade” em sala de aula.

A defesa da ordem pública mediante o resgate da autoridade e do combate à violência urbana foram apresentados através de um discurso “enérgico”¹⁰, ou seja, de combate à criminalidade violenta com ações ostensivas e de uso extremo da força, sempre que necessário. A associação da imagem de Jair Bolsonaro (assim como Donald Trump, Vladimir Putin, Javier Milei, entre outros líderes) com um “masculino viril” não se fazia somente por práticas discursivas. No caso específico do ex-presidente brasileiro, essa masculinidade ocorria mediante à exploração de imagens em situações associadas à força física e/ou à exposição corajosa ao risco como no uso de veículos esportivos e de velocidade como motocicletas e jet skis, realização de visitas a lutadores de MMA, a reverência às forças armadas, a resistência ao uso de assessorios de proteção como capacetes e até máscaras hospitalares durante a pandemia de Covid-19 sendo sugerido que seu uso era “coisa de viado”¹¹.

A discussão do sociólogo Welzer Lang¹² sobre o conceito de “casa dos homens” parece bem apropriada para a análise deste e de outros casos de políticos e influencers extremistas. Para Lang¹³, a “casa dos homens” deve ser compreendida como um espaço de sociabilidade masculina e de construção

10 Emir Larangeira, *Cavalos corredores: a verdadeira história*, Rio de Janeiro 2004.

11 Fonte: < <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/07/mascara-e-coisa-de-v-dizia-bolsonaro-na-frente-de-visitas.shtml> > (acesso, 30.8.2023).

12 Daniel Welzer-Lang, “A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia”, *Revista de Estudos Feministas* 9/2 (2001), <<https://www.scielo.br/j/ref/a/WTHTZtPmvYdK8xxzF4RT4CzD/abstract/?lang=pt>> (acesso: 10.8.2023).

13 Ibidem.

das posições de sujeito em relações de dominação. Como conceito, identifica espaços monossexuados de construção dos comportamentos e identificação de gênero que são particularmente importantes na adolescência. Esses espaços são marcados por violências simbólicas, físicas e sexuais que são exercidas pelos homens e rapazes mais velhos sobre os mais jovens. O expurgo do feminino nos rapazes ou a construção da posição feminina entre eles é parte de uma aprendizagem da masculinidade como um conjunto de posições de sujeito marcada pela violência e pela dominação. É na Casa dos Homens, que, no Brasil, o Estigma do Passivo estudado por Michel Misse (1978) é constituído. Nesse sentido, a dominação masculina opera não apenas entre homens e mulheres, mas no interior da sociabilidade masculina construída como cadeia de autoridades na qual circula tanto masculinidade quanto poder¹⁴.

Mais um caso emblemático de uso de metáforas sexuais com a finalidade de Bolsonaro apresentar sua força política foi o uso da palavra “imbrochável” durante seu discurso na Esplanada dos Ministérios durante as celebrações do 7 de setembro, em Brasília em 2022, tendo sido usado anteriormente durante a campanha eleitoral de 2018 quando afirmou: “Tenho certeza, eu sou ‘imbrochável’, não vou sair de combate”¹⁵. Em 2024, o ex-presidente Jair Bolsonaro ofereceu a medalha apelidada “triplo I” ao presidente da Argentina, Javier Milei. Na medalha pode-se ler: Clube Bolsonaro: imorrível, imbrochável, incomível. As exibições públicas de virilidade são um recurso performático tradicionalmente utilizado por políticos populistas e interessa-nos observar como a questão da masculinidade emerge em um contexto competitivo e foi utilizada como ícone da autoridade a ser recuperada. A sexualidade e expressividade masculina plenas emergem na forma de uma agressividade (Grossi 2004) que deveria ser recuperada, pois corresponderia à natureza do homem. Na Retórica da Perda, o gênero não é

14 Christina Vital da Cunha, Jair de Souza Ramos, “Retórica da perda e utopia no neoconservadorismo brasileiro: o resgate da tradição, da autoridade e da masculinidade viril”, em D. Brasiliense e P. Vaz (orgs.), *Masculinidade, Política e Ressentimento*, São Paulo 2024, v.1, pp. 104-129..

15 Fonte: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62795997>> (acesso: 30.8.2023).

um aspecto da linguagem e sim identificado a corpos, atributo inerente aos seres e meio de qualificar diferenças intrínsecas.

Assim, é importante sublinhar que a sexualidade para Bolsonaro e seus seguidores (tal como para outros líderes da extrema direita global) é uma característica de suas performances políticas, de seus mecanismos de compreensão e julgamento e opera como princípio organizador de suas ações como corpos sexualizados e masculinos. Em outras palavras, suas disputas políticas são performadas e compreendidas, isto é, metaforizadas, como disputas masculinas e sexuais¹⁶.

Cristianismo e poder

Se a “masculinidade viril” se tornou um dos pilares dos “valores” defendidos por extremistas políticos e religiosos no Brasil pós 2018, a questão racial foi constantemente negada como problema público existente e que demandava reparação¹⁷. Pesquisadores como John Burdick, Morgane Reina ou o pastor e historiador Marco Davi, baseados em experiências de campo, argumentaram que há um número muito maior de negros e negras em igrejas evangélicas em relação, por exemplo à Igreja Católica sinalizando, inclusive, que o pentecostalismo é a “religião mais negra do Brasil”¹⁸. Dados recentes comprovam suas observações etnográficas. No Brasil, entre os autodeclarados evangélicos, 59% são pretos e pardos¹⁹, um percentual maior do que a média nacional, segundo dados do Censo do IBGE em 2023²⁰. No governo de Jair Bolsonaro, a

16 Vital da Cunha, de Souza Ramos (v. nota 14)

17 Ver José Szwako, José Luiz Ratton, *Dicionário dos negacionismos no Brasil*, Recife 2022.

18 Marco Davi de Oliveira, *A religião mais negra do Brasil: Por que os negros fazem opção pelo pentecostalismo?*, Viçosa 2015.

19 Segundo dados do Instituto DataFolha de 2020. Fonte: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>> (acesso: janeiro 2021).

20 Fonte: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de->

afirmação de uma aliança entre governo e evangélicos na sociedade era anunciada como um capital social e político por lideranças de ambas as partes. No entanto, ao analisarmos esta aliança através do recorte racial, por exemplo, percebemos que os evangélicos e evangélicas que ocupavam o primeiro e segundo escalões de seu governo são principalmente brancas e ligados a denominações protestantes (principalmente presbiteriana e batista).

Indubitavelmente o reconhecimento do racismo estrutural e seu enfrentamento é muito significativo entre igrejas e lideranças identificadas com à esquerda ou progressistas²¹. Contudo, nas grandes denominações neopentecostais e pentecostais, assim como em grande parte das Igrejas protestantes, as respostas às aflições raciais seriam pautadas no estímulo à dedicação, à disciplina, à postura e no temor ao Senhor. Ou seja, quando o racismo não é negado retumbantemente pelas lideranças religiosas, esses são alguns dos instrumentos disponibilizados por eles para o seu enfrentamento. A esses recursos, podem se somar estratégias de ‘branqueamento’ com assimilação cultural²². Essa espécie de “meritocracia espiritual” na qual todos são iguais diante dos olhos do Pai²³ baseia-se em uma perspectiva universalista hegemônica no ocidente até os anos 1980/1990 e muito valorizada nas comunidades religiosas, sobretudo nas mais tradicionais, conservadoras e elitizadas em termos dos fiéis congregados. A recuperação deste universalismo liberal foi claramente citada, por exemplo, como

noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda> (acesso: dezembro 2023).

- 21 Davi de Oliveira (v. nota 18); Christina Vital da Cunha, “A pauta racial entre evangélicos na política partidária brasileira: reflexões a partir das eleições de 2020”, em Alef Monteiro (org.), *Racismo e negritude no pentecostalismo evangélico brasileiro: perspectivas contemporâneas*, Rio de Janeiro 2023, v. 1, pp. 183-206.
- 22 Morgane Laure Reina. “Pentecostalismo e questão racial no Brasil: desafios e possibilidades do ser negro na igreja evangélica”, *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP* 24/2 (2017): 253-275. Davi de Oliveira (v. nota 18); Vital da Cunha (v. nota 21); Maria da Graça Floriano, Regina Novaes, *O Negro Evangélico*. Rio de Janeiro 1985; entre outras publicações e pesquisas.
- 23 Alef Monteiro, *Racismo e negritude no pentecostalismo evangélico brasileiro: perspectivas contemporâneas*, Rio de Janeiro 2023, v. 1; Oliveira (v. nota 18); Floriano, Novaes (v. nota 22).

objetivo político e ação governamental de Donald Trump em seu discurso de posse à presidência nos Estados Unidos. Um discurso recheado de Retórica da Perda como estratégia de exposição de ideias e conexão com suas bases locais e globais.

Nas pesquisas empíricas que venho realizando sobre religião e política desde 2010²⁴ a recuperação dessa perspectiva universalista compõe parte da melancolia social sendo alvo daqueles que mobilizam os sentimentos de perda e ameaça para se referirem ao presente com vistas à retomada do passado. Este passado vem sendo melancolicamente lembrado (e desejado por muitos) como um momento no qual não existiam divisões na sociedade entre negros e brancos, homens e mulheres, pois todos seriam iguais perante à lei e ao regime de oportunidades disponíveis no seio daquela sociedade liberal.

Retórica da perda, religião, raça e “Israel imaginária”

Considerando o exposto, como podemos refletir sobre as relações entre a conformação de uma Israel Imaginária²⁵, a Retórica da Perda²⁶ e a questão racial no Brasil, pensando principalmente no universo religioso cristão, foco de minhas análises? Há alguns anos venho acompanhando como

24 C. Vital Da Cunha, P.V.L. Lopes, & J. Lui, *Religião e Política: Medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*, Rio de Janeiro 2017; C. Vital Da Cunha & A. C. Evangelista, “Estratégias eleitorais em 2018: o caso das candidaturas evangélicas ao legislativo no Brasil”, *Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos* 29 (2019); C. Vital da Cunha & P.V.L. Lopes, *Religião e política: Uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*, Rio de Janeiro 2012; C. Vital Da Cunha, “Irmãos contra o império: evangélicos de esquerda nas eleições 2020 no Brasil”, *Debates do NER* 21 (2021): 13-80; Idem, “Identidades, partidos, cristianismo global na análise sobre evangélicos”, *Debates do NER* 21 (2021): 157-171; Idem, “Ativismo negro e religioso: O caso da Frente Parlamentar de Terreiros no Congresso Nacional Brasileiro”, *Novos Estudos* 40 (2021): 243-259, <<https://www.scielo.br/j/nec/a/dwTG3D5d7nf9cSsvZgWZqXj/abstract/?lang=pt>> (acesso: 10.8.2023).

25 Michel Gherman, *O não judeu, judeu*, São Paulo 2022.

26 Vital da Cunha (v. nota 4).

as pessoas fazem para experimentar segurança ontológica e organização cotidiana em contextos de vulnerabilidade social²⁷. Ampliando a base empírica de minhas reflexões, antes direcionada territorialmente às favelas e periferias, para a sociedade brasileira em geral, com seu passado colonial e um presente no qual a colonialidade se revela em diferentes estruturas e situações sociais, pergunto: Quais são os recursos mobilizados pelas pessoas para lidarem com os sentimentos de desconfiança e insegurança experimentados cotidianamente? A pergunta é muito ampla e, certamente, tem respostas variadas em face da pluricausalidade envolvida. Em meus estudos observo como as religiões têm um papel muito importante nesse sentido. Dentre as várias razões que motivam esta importância²⁸ gostaria de destacar a tradição no seio das religiões monoteístas. Diferentemente da noção de tradição entre as religiões de matriz africana como candomblé e umbanda²⁹, no cristianismo, grupo majoritário em termos de auto declaração no Brasil³⁰, a tradição se confunde com dominação de um padrão de civilidade que afirma o caráter binário do mundo espiritual e que é espelhado (ou deveria ser encontrado na mesma fórmula) no mundo material. Ou seja, a organização da sociedade deve atender aos padrões (supostamente) celestiais que dividem moralmente bem e mal, homens e mulheres etc., conforme é possível observar em qualquer preleção eclesiástica seja em púlpitos, seja naquelas especialmente produzidas para serem veiculadas em mídias sociais. Nas preleções de líderes

27 C. Vital da Cunha, Christina, *Oração de Traficantes: uma etnografia*, Rio de Janeiro 2015; Idem, “Religião e criminalidade: traficantes e evangélicos entre os anos 1980 e 2000 nas favelas cariocas”, *Religião e Sociedade* 34/1 (2014): 61-93; Idem, “‘Traficantes evangélicos’: novas formas de experimentação do sagrado em favelas cariocas”, *Plural – Revista de ciências sociais* 15 (2008): 13-46; Idem, “Religião, grafite e projetos de cidade: embates entre ‘cristianismo da batalha’ e ‘cristianismo motivacional’ na arte efêmera urbana”, *Ponto.Urbe* 15 (2014): 1-21.

28 Fatores como a assistência social por parte das comunidades religiosas, elementos culturais que fazem teologias e doutrinas se tornarem interessantes para um conjunto cada vez maior de pessoas, formação de redes/comunidades morais de apoio espiritual, material, psicológico, entre outros fatores.

29 Vital da Cunha (v. nota 24, “Ativismo”).

30 Considerando católicos, evangélicos e kardecistas (que se autodeclararam cristãos), os cristãos e cristãs somam mais de 90% da população nacional.

conservadores, esse reforço da divisão moral binária do mundo foi se imiscuindo com uma retórica da perda, com sentimentos de ameaça sobre a continuidade da organização do mundo como tal. Essa organização do mundo “tradicional” se apresentava como uma organização em parte sagrada, divinamente orientada e que, portanto, era capaz de produzir um sentimento de segurança. A insegurança diante dessas mudanças sociais que ameaçavam os padrões morais que organizavam o mundo foi mobilizada por políticos/religiosos de modo muito visível desde 2014, assumindo centralidade no Brasil desde as eleições de 2018. A esquerda passou a ser identificada como a grande inimiga da tradição, dessa (suposta) segurança ontológica produzida pela base binária sobre a qual a sociedade se organizava, pois era aquela que estimulava às mudanças, que questionava e que implementou políticas públicas durante suas gestões em direção à valorização da diversidade (a pluralidade de modos de vida, de padrões morais de referência) sob um manto legal. Embora observemos afro-religiosos ligados a partidos e movimentos de direita, sua presença é maior no movimento social de esquerda, em partidos de centro e esquerda. No Congresso Nacional também são forças políticas que afirmam suas tradições como forças espirituais e políticas de uma outra civilidade que não a ocidental³¹.

Ainda que uma ambivalência seja observada em relação às instituições religiosas, elas continuam a ser espaços importantes na produção da sensação de segurança e ordem seja através da experiência comunitária ou em redes, seja pela sua retórica de esperança em uma vida melhor alcançada pela graça divina ou pelo próprio mérito divinamente orientado. Não é à toa que entre autoras tão distintas quanto as norte americanas

31 Vital da Cunha (v. nota 24). Uma matéria também foi veiculada sobre a atuação de afro religiosos no congresso nacional, também de autoria de Vital da Cunha. Fonte: <<https://religioepoder.org.br/artigo/um-perfil-de-parlamentares-afrorreligiosos-na-57a-legislatura-2023-2027-do-congresso-nacional/>> (acesso: 10.8.2023). Mariana Ramos de Moraes, “Sentidos da laicidade segundo os afrorreligiosos”, em C. Vital da Cunha, M. Ramos de Moraes e T. dos Santos Duarte (orgs.), *Laicidade e democracia no Brasil : trajetórias e campos de trabalho em foco*, Brasília 2025. Ana Paula Mendes de Miranda, “Os sentidos contemporâneos da “laicidade à brasileira” e as lutas afrorreligiosas para reconhecimento de direitos”, *ibidem*.

Wendy Brown e Melinda Cooper, ou latino americanos como Flávia Biroli, Maria das Dores Machado e Juan Vaggione³², é consenso que os cristãos são atores fundamentais na emergência do neoconservadorismo no ocidente. Evidentemente a vida social é dinâmica e grupos sociais vão se reposicionando, assim como diversidades internas a eles vão sendo reveladas. Deste modo, há, por exemplo, cristãos antagônicos aos projetos de poder político e econômico, fazem o debate racial em bases realmente transformadoras, mas ainda encontram muitas dificuldades no debate institucional interno sobre essas questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade. Temos exemplos importantes de coletivos organizados nas eleições 2022 no Brasil com este perfil crítico, progressistas, em favor da justiça social como os Cristãos Contra o Fascismo, Bancada Evangélica Popular, Um ato de amor³³ (Vital da Cunha 2021, 2023). Entre alguns evangélicos venho observando como uma retórica da perda compõe ambigualmente um modo de lidar com a origem africana, sobretudo entre evangélicos valorizam a busca das origens/tradição em uma Israel Imaginária, nos termos de Gherman (2022). Estou acompanhando (trata-se de um work in progress) como a valorização da questão racial que opera via recuperação da origem judaica realiza um projeto de enfrentamento ao racismo na medida em que questionam a branquitude como um padrão e um poder constituído, mas ao fazerem isso insuflados por desejos de força e poder próprio baseados em uma narrativa fundadora e organizadora do ocidente e dos ideias civilizatórios, acabam contribuindo para uma limpeza moral em relação à ancestralidade africana tal como formulada por religiosos de matriz africana seja no Brasil, seja em outros países da América Latina³⁴.

32 Flávia Biroli, Juan Marco Vaggione, Maria das Dores Campos Machado, *Gênero, neoconservadorismo e democracia, disputas e retrocessos na América Latina*, São Paulo 2020.

33 Vital da Cunha (v. nota 24, “Irmãos”); Idem & João Luiz Moura, “Evangélicos à esquerda diante da alvorada bolsonarista: o caso das eleições 2020 e 2022 no Brasil”. Prelo.

34 Christina Vital da Cunha, «A criação do Complexo de Israel e sua relação com o crescimento do pentecostalismo em periferias – Rio de Janeiro, Brasil», *Anuário Antropológico* 49/1 (2024), posto online no dia 06 maio 2024, <<http://journals.openedition.org/aa/11890>>; DOI: <<https://doi.org/10.4000/11nfz>> (acesso: 11.1.2025).

Nesta pesquisa sobre a Israel mítica³⁵ entre evangélicos em periferias, estou entrevistando moradores de favelas e periferias, homens e mulheres, todos evangélicos, maioria negra. Gostaria de destacar o exemplo de um jovem entrevistado, morador do segundo município mais populoso do Estado do Rio de Janeiro e um dos mais pobres também. Sua pele é bem escura e seus traços remetem a uma ancestralidade afro-indígena. É uma pessoa de alta escolaridade, grande capacidade argumentativa, estudioso de teologia e direito, evangélico de formação pentecostal e atual vinculação protestante e gravita entre um conservadorismo teológico (se auto declara calvinista) e um progressismo político. Ele compõe uma geração de jovens que valoriza a ancestralidade e investe recursos para desvendá-la. Por anos investigou sua origem indígena. Descobriu sua ascendência Goytacá e foi à cidade de Campos dos Goytacazes, noroeste do Estado do Rio de Janeiro, para acompanhar a história de alguns de seus antepassados. No entanto, não estava satisfeito, pois não conseguia avançar em sua árvore genealógica. Queria ir mais longe. Ter uma história maior atrás de si para contar. Foi quando começou a investigar seu sobrenome e descobriu que seus avós são parte dos cristãos novos no Brasil³⁶. Seu avô era negro, descendente de judeus do norte da África.

Duas questões principalmente me chamaram atenção ali: a primeira foi a grande importância subjetiva e ao mesmo tempo social que aquela identidade produziu nele. Um sentimento de pertencimento, de conforto e segurança o tomava. A identidade era importante na medida em que organizava seu passado, produzia sentido de ação no presente e uma projeção de triunfo futura. O meu segundo ponto de atenção dizia respeito à afirmação de sua origem negra, mas judaica e como isso operava como uma limpeza moral em relação à África (apresentando-se como da África

35 Edlaine Gomes, *A era das catedrais: a autenticidade em exibição (uma etnografia)*, Rio de Janeiro 2011.

36 Cristãos novos são os judeus convertidos ao cristianismo por imposição da Igreja Católica, segundo Marcos Chor Maio e Carlos Eduardo Calaça, *Cristãos-Novos e Judeus: Um Balanço da Bibliografia sobre o Anti-Semitismo no Brasil*, BIB 49 (1º semestre 2000): 15-50.

do Norte e não da metade Subsaariana). A África imaginada³⁷ dos religiosos de matriz afro-brasileiras e do movimento negro no Brasil emerge como uma cultura contra hegemônica, enquanto a Israel Mítica de evangélicos (como no caso deste entrevistado) reforça projetos de poder políticos, econômicos, civilizatórios, ocidentais.

Esses e outros casos acompanhados na pesquisa são interessantes para refletir sobre como a retórica da perda e a Israel Imaginária parecem eficientes para lidar com sentimentos muito presentes entre moradores de favelas e periferias como as frases emblemáticas de outro entrevistado nesta pesquisa. Ele tem pouco mais de 40 anos, é morador da favela de Acari e disse com orgulho: “Israel passou por muitas lutas e triunfou”; “Israel no mundo é como as igrejas são nas favelas”. Essas assertivas enfatizam uma dimensão de força, mas também de Israel como uma territorialidade sagrada, uma fortaleza em meio aos perigos e riscos sempre presentes³⁸.

A continuidade de nossa investigação poderá revelar os usos atuais e futuros que sionistas e não sionistas, judeus e não judeus, cristãos católicos e evangélicos farão da retórica da perda e da Israel Imaginária em suas ações religiosas e políticas. Adicionalmente podemos dizer que os movimentos à esquerda no Brasil podem vir a retirar o domínio narrativo da retórica da perda da direita e dos conservadores religiosos escutando e valorizando sentimentos públicos de ameaça e inquietação que envolvem a sociedade com mais intensidade em alguns momentos específicos como nesses “tempos frios da história” identificados por Durkheim como aqueles nos quais transformações sociais ganham força e legitimidade, velhos ideais e divindades estariam sob a ameaça de desvanecerem ou de perderem centralidade na vida social. Esses períodos frios de mudanças são vistos por este clássico das Ciências Sociais como existencial e moralmente

37 Michel Agier, *Migrações, Descentramentos e cosmopolitismo. Uma antropologia das fronteiras*, São Paulo 2015.

38 As pesquisas desenvolvidas em conjunto por Joanildo Burity, Paul Freston, Brenda Carranza e Maria das Dores Campos Machado veem trazendo dados e análises muito importantes sobre o chamado sionismo cristão na América Latina. Nos limites deste ensaio não foi possível incorporar os resultados de suas pesquisas, contudo, faz parte do meu interesse fazê-lo no desenvolvimento das investigações em curso.

perturbadores para os indivíduos. É preciso que as forças progressistas e democráticas deem importância a esses sentimentos dispersos, pois não os considerar pode levar a sua derrocada pública, uma perda tão profunda na capacidade de responder a anseios e desejos que venha a comprometer a sua própria existência.